

Artigo

Uma base ética das religiões mundiais em prol de uma ética mundial

An ethical basis of world religions for a global ethics

Maria Liliane Oliveira do Nascimento¹; Renato Kirchner²

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a formulação da Declaração de Ética Mundial, apresentada por Hans Küng no Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, no ano de 1993. De acordo com o referido documento, a base ética comum das religiões mundiais encontra-se, em primeiro lugar, no princípio da humanidade: todo ser humano deve receber tratamento humano, e, também, no princípio milenar da “regra de ouro”: *“faze aos outros o que desejas que façam a ti. Jamais haverá progresso humano a não ser que se reconheça que os direitos humanos não podem existir sem responsabilidades humanas. O artigo conclui que a Declaração corrige a forma de pensar e poderia ser adotada por todas as instituições no mundo de maneira livre, servindo como referência para o processo civilizatório da humanidade.*

Palavras-chave: Segundo Parlamento. Religiões Mundiais. Ética Mundial. Hans Küng.

Abstract

This article presents a reflection on the formulation of the World Declaration of Ethics presented by Hans Küng in the Second Parliament of World Religions in 1993. According to the document, the common ethical basis of world religions lies, first of all, in the principle of humanity: every human being should receive human treatment, and also in the millennial principle of the “golden rule”: do to others what you wish them to do to you. There will never be human progress unless it is recognized that human rights can not exist without human responsibilities. The article concludes that the Declaration corrects the way of thinking and could be freely adopted by all institutions in the world, as it could serve as a reference for the civilizing process of humanity.

Keywords: Second Parliament. World Religions. World Ethics. Hans Küng.

Introdução

O Primeiro Parlamento das Religiões Mundiais, realizado de 11 a 27 de setembro de 1893, na cidade de Chicago, Estados Unidos, foi considerado “o primeiro encontro formal dos

¹ Colégio Sagrado Coração de Jesus, Coordenação do Período Integral. Campinas, SP, Brasil.

² Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Faculdade de Filosofia e Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. R. Professor Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, 1516, Parque Rural Fazenda Santa Cândida, 13087-571, Campinas, SP, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: R. KIRCHNER. E-mail: <renatokirchner00@gmail.com>.

representantes das religiões mundiais na história” (HASSELMANN, 2003, p.27). O evento teve a duração de 18 dias, entrando para a história das religiões como um importante acontecimento, considerado como a “alvorada do pluralismo religioso”. Ao mesmo tempo, ainda, representou a “introdução das religiões asiáticas no Ocidente” e expressou o começo do diálogo inter-religioso e de um novo século. Um dos contemporâneos da época descreveu-o como “talvez a mais importante assembleia religiosa jamais ocorrida” (HASSELMANN, 2003, p.28). De fato, o Primeiro Parlamento acabou sendo considerado “uma nova era na evolução da vida religiosa para o mundo” (HASSELMANN, 2003, p.28). Friedrich Max Müller (1823-1900), um dos cientistas das religiões mais importantes do século XIX, considerou esse evento como “um dos mais memoráveis acontecimentos da história do mundo” (HASSELMANN, 2003, p.27).

Este artigo, por sua vez, ressalta a relevância histórica do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, ocorrido na mesma cidade um século depois, evento que foi decisivo para o processo de aproximação das religiões mundiais. Enfatiza-se aqui, particularmente, a Declaração do Segundo Parlamento, documento em que o teólogo ecumênico Hans Küng – autor de vasta e conceituada obra dedicada ao estudo das grandes religiões – teve participação decisiva, ou que ele influenciou de forma direta ou indireta com seus projetos e pensamentos.

A Declaração de uma ética mundial, resultante do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, colaborou para ações significativas de transformação social e diálogo entre as expressões religiosas que estiveram presentes naquele evento (KÜNG, 2003). O Segundo Parlamento, ocorrido em 1993 na cidade de Chicago, reuniu cerca de 6.500 pessoas de inúmeras tradições religiosas, entre os quais importantes lideranças como o Dalai Lama e o arcebispo de Chicago. Hans Küng no prefácio do livro *Para que um ethos mundial? Religião e ética em tempos de globalização* relata:

No Parlamento das Religiões Mundiais, realizado em Chicago em 1993, mais de 200 representantes de todas as religiões mundiais, definiram, pela primeira vez na história, o seu consenso acerca de determinados valores, padrões e posicionamentos éticos comuns como base de *ethos* mundial que, depois, foram incluídos no relatório do nosso grupo de especialistas, destinado ao secretário geral e ao plenário das Nações Unidas (KÜNG, 2005, p.8).

A importância de uma ética mundial na perspectiva das religiões mundiais

A humanidade atravessa uma *crise fundamental*, que se manifesta em vários setores da sociedade e atinge direta e indiretamente todos os países: crise da economia mundial, crise da ecologia mundial e crise da política mundial. A pouca sensibilidade para o bem-comum, o acúmulo de problemas não resolvidos, a fome que continua fazendo vítimas em vários locais do globo, as centenas de milhões de desempregados, as tensões entre raças e gerações com dimensões assustadoras, o crescente número de estados abalados por casos de corrupção na política e na economia, os conflitos que geram casos violentos e sangrentos, o abuso de drogas, o crime cada vez mais organizado. Esses fatos noticiados a todo instante nos meios de comunicação social têm causado medo e insegurança, com uma crescente ameaça de colapso dos ecossistemas.

A Declaração do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais elucida em seus princípios que “reiteradas vezes, em diversos lugares do mundo, observamos que líderes e adeptos de

religiões instigam à agressão, ao fanatismo, ao ódio e à xenofobia; inspiram e legitimam até mesmo confrontos sangrentos e marcados pela violência” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.15), assim usurpando-se a religião para fins meramente voltados à conquista do poder político, até o extremo da guerra. Diante dessas constatações, afirma-se como princípio de uma ética mundial que:

Condenamos todos esses desenvolvimentos e declaramos que isso não tem que ser assim. Já existe uma ética nos ensinamentos religiosos capaz de oferecer orientação diversa à desses desdobramentos globais funestos. Embora essa *ética* não ofereça soluções diretas para todos os imensos problemas mundiais, oferece a base moral para uma ordem individual e global melhor: uma visão capaz de afastar homens e mulheres do desespero, e as sociedades, do caos (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.15).

Ou ainda:

Somos homens e mulheres que professam os mandamentos e práticas das religiões mundiais. Afirmamos já haver um consenso entre as religiões capaz, de constituir a base para uma ética mundial (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.16).

Tais afirmações formalizam o consenso fundamental mínimo que diz respeito a valores obrigatórios, *parâmetros* inamovíveis e *atitudes* morais básicas, que se procura apresentar e desenvolver a seguir.

Os delegados presentes ao Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, provenientes de diversas regiões e religiões, ao se dirigirem a todos os seres humanos, religiosos e não-religiosos, expressaram as seguintes convicções:

- a) Todos nós somos responsáveis por uma ordem mundial melhor.
- b) Nosso posicionamento em favor dos direitos humanos, da liberdade, justiça, paz e preservação da terra dá-se de forma incondicional.
- c) Nossas tradições religiosas e culturais diversas não nos devem impedir de assumir um posicionamento ativo e comum contra todas as formas de desumanidade e em favor de mais humanidade.
- d) Os princípios manifestados nesta Declaração podem ser assumidos por todos os seres humanos que sustentam convicções éticas, sejam elas de fundamento religioso ou não.
- e) Nós, no entanto, como pessoas *religiosas* ou de *orientação espiritual* – que fundamentam suas vidas numa realidade última, da qual retiram força e esperança espiritual, em uma atitude de confiança, de oração ou meditação, em palavras ou pelo silêncio – estamos especialmente comprometidos com o bem da humanidade como um todo, e preocupados com o planeta Terra. Não nos consideramos melhores que outras pessoas, mas temos confiança em que a sabedoria milenar de nossas religiões seja capaz de apontar caminhos, também para o futuro.

Essas convicções partilhadas e assumidas em conjunto pelos representantes do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais confirmam a presença de um consenso coletivo, expresso pelos pronomes “nós”, “nosso” e “nossa”, empregados na Declaração. Também se percebe, nas palavras que permeiam essas convicções, uma esperança realista, pautada no anseio de que “a humanidade, hoje em dia, disporia de recursos econômicos, culturais e espirituais suficientes para dar início a uma ordem mundial melhor” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.17).

A dramática situação mundial leva a acreditar que a humanidade não precisa “apenas de programas e ações políticas. Ela precisa também de uma *visão de convivência pacífica dos povos*” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.19). Contudo, cabe às religiões (apesar de todo o mau uso que se faz delas, e de seus frequentes fracassos históricos) a responsabilidade de manter vivas essas esperanças, objetivos, ideais e parâmetros.

Todo ser humano tem de ser tratado de forma humana

O ser humano é falível e incompleto, limitado e com defeitos, e está ciente da realidade do mal que o circunda. Porém, em virtude do bem da humanidade, a Declaração expressa como desafio os elementos básicos de uma ética comum, tanto para os indivíduos como para as comunidades, organizações, estados e religiões. A forma desumana como as pessoas são tratadas em toda a parte do mundo é de conhecimento de todos. Apenas alguns exemplos: privação das chances de vida e de liberdade humana; aviltamento e descrédito dos direitos humanos; e desconsideração da dignidade humana. Diante das desumanidades descritas, a Declaração reafirma “nossas convicções religiosas e éticas exigem: todo ser humano tem de ser tratado de forma humana!” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.21). Isso vem descrito de forma mais veemente nesta passagem:

Todo ser humano – sem distinção de idade, sexo, raça, cor, capacidade física ou intelectual, língua, religião, convicção política, origem nacional ou social é dotado de uma dignidade intocável e inalienável. Todos, portanto, tanto para o Estado como o indivíduo, estão obrigados a respeitar essa dignidade e garantir-lhe defesa efetiva. Também na economia, na política e nos meios de comunicação, em institutos de pesquisa e em empreendimentos industriais, o ser humano deve ser sempre sujeito de direito, deve ser, enfim, jamais um mero objeto de comercialização e industrialização. Ninguém está “além do bem e do mal”: nenhuma pessoa e nenhuma classe social, nenhum grupo de interesses, por mais influente que seja, e nenhum cartel de poder, nenhum aparato policial, nenhum exército e muito menos Estado algum. Ao contrário: todo ser humano, como ser dotado de razão e consciência moral, está obrigado a comportar-se de forma verdadeiramente humana, e a não se comportar de forma desumana; está obrigado a fazer o bem e não fazer o mal (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.23).

Nesse ponto da Declaração, percebe-se claramente a importância da *dignidade humana*, bem como a constante afirmação da palavra “*obrigação*” de forma impositiva, ressaltando o compromisso responsável de todos em respeito à pessoa humana.

Outro desafio básico formulado diz respeito à necessidade do princípio da reciprocidade pela “regra de ouro”, tão conhecida e preservada há milênios em muitas tradições religiosas e éticas da humanidade. Na Declaração, ela é descrita de forma positiva: “faze aos outros, o que queres que façam também a ti”. Essa deveria ser, segundo o documento, “a norma inamovível e incondicional para todos os campos da vida, para a família e as comunidades, para as raças, nações e religiões” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.23).

A “regra de ouro”, conhecida mundialmente na Bíblia cristã, foi formulada muito antes do cristianismo, sendo proferida pelos seguintes mestres e expressões religiosas:

a) Confúcio (c. 551-489 a.C.): “o que tu mesmo não queres, não faça a outra pessoa” (Ditos 15.23);

b) Rabi Hillel (60 a.C. a 10 d.C.): “não faças aos outros o que não querem que eles façam a ti” (Shabbat 31^a);

c) Jesus de Nazaré: “tudo aquilo que quereis que os homens façam a vós, fazei-o vós mesmos a eles” (Mateus 7,12 e Lucas 6,31);

d) Islã: “ninguém é crente enquanto não desejar ao seu irmão o que deseja para si mesmo” (Quarenta Hadith de Nawawi, 13);

e) Jainismo: “os seres humanos deveriam ser indiferentes às coisas mundanas e tratar todas as criaturas do mundo como eles mesmos deveriam ser tratados” (Sutrakritanga I, II,33);

f) Budismo: “um estado que não é agradável ou aprazível para mim, também não será para ele, e como posso impor ao outro um estado que não é agradável ou aprazível para mim?” (Samyutta Nikaya V, 353.3-342.2);

g) Hinduísmo: “não se deve agir em relação ao outro de modo desagradável para si mesmo: é esta a essência da moralidade” (Mahabharata XIII 114,8).

Percebe-se, nessa perspectiva histórico-religiosa, que muitos líderes e mestres das grandes religiões expressaram em diferentes contextos esse anseio de reciprocidade, ou seja, a “regra de ouro” apenas apresenta uma diferença de palavras, porém com significado semelhante em diversas tradições religiosas.

A formulação positiva na Declaração, na concepção de Hans Küng, permite ir além do interesse próprio, requerendo uma bilateralidade equilibrada: quando as pessoas, por amor e entrega, deixam seus interesses próprios, quando chegam a amar seus inimigos, inclusive sacrificar sua vida por eles. A “regra de ouro” continua sendo o princípio racional que fala precisamente da causa da razão dos homens e seu egoísmo, sendo apropriada para a redução da violência. Portanto, a “regra de ouro” configura-se como alternativa diante de uma sociedade com indivíduos egoístas. Nesse sentido, a Declaração enfatiza:

Egoísmos de toda natureza são condenáveis – individuais ou coletivos, sob a forma de noções de classe, racismo, nacionalismo ou sexismo. Nós os condenamos porque eles impedem a pessoa de ser verdadeiramente humana. Autodeterminação e auto-realização são inteiramente legítimas – desde que não se desvinculem da responsabilidade do ser humano por si mesmo e pelo mundo, da responsabilidade pelas demais pessoas e pelo planeta Terra (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.23).

O princípio da reciprocidade pressuposta na “regra de ouro” inclui parâmetros muito concretos e refuta o egoísmo humano, utilizando a expressão “condenamos” para verbalizar repúdio às atitudes egocêntricas. Desse princípio decorrem quatro linhas mestras muito antigas, presentes na maioria das grandes religiões mundiais. Hans Küng define-as como “mandamentos humanos”, que se desdobram na Declaração como os “quatro preceitos inamovíveis”, como se discute a seguir.

Os quatro preceitos inamovíveis

O princípio da reciprocidade pode ser entrevisto nos quatro preceitos inamovíveis, que, por sua vez, estão associados aos quatro mandamentos da humanidade: (I) compromisso com uma cultura da não-violência e do temor diante de toda a vida (não matar); (II) compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa (não roubar); (III) compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade (não mentir); e (IV) compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e do companheirismo entre homem e mulher (não fornicar).

A partir desses elementos estruturantes da Declaração, o teólogo ecumênico Hans Küng esboça e norteia o projeto de ética mundial:

a) *Não matar: compromisso com uma cultura da não-violência e do temor diante de toda a vida*

Em todas as regiões e religiões existem pessoas que se esforçam em viver atitudes não-egoístas e engajadas na defesa do semelhante. Mesmo assim, existe no mundo de hoje muito ódio, ciúme e violência, não apenas entre indivíduos, mas entre grupos sociais e étnicos, assim como entre classes sociais, raças, nações e religiões. Em vários lugares ainda se governa com terror, ditadores violentam sua própria nação e a violência institucional se difunde com alarde. Mesmo em países onde há leis de defesa das liberdades individuais, presos são torturados, pessoas são mutiladas e inocentes assassinados.

Desse modo, como legado das grandes tradições éticas e religiosas antigas, conserva-se o preceito *Não matarás!* também descrito de forma positiva: *Sente temor diante da vida!* As consequências desse antigo preceito são formuladas na Declaração da seguinte forma:

Toda pessoa tem direito à vida, integridade física e livre desenvolvimento da personalidade, desde que não fira os direitos de outras pessoas. Pessoa alguma tem direito de torturar outra, seja física ou psicologicamente, nem de ferir, nem muito menos de matar a outrem. E nenhum povo, nenhum Estado, raça ou religião têm o direito de discriminar uma minoria, de natureza ou credos diversos, nem proceder a qualquer “purificação”, exilá-la, nem muito menos aniquilá-la (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.25).

Esse preceito de soberania em respeito à vida é primordial na Declaração e, justamente por isso, vem descrito como primeiro preceito inamovível. Onde existem seres humanos, há conflitos inerentes, mas situações conflituosas devem ser resolvidas sem uso de violência e no âmbito de

uma ordem legal. Quanto aos detentores do poder político e judiciário, são responsáveis por manter a ordem legal vigente e a lutar em favor de uma ordem internacional pacífica. Com efeito, “munir-se de armas é um descaminho, desarmar-se uma exigência premente. Que ninguém se engane: sem paz mundial a humanidade não sobrevive” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.25). Os jovens necessitam ser educados para a paz desde a família, precisando aprender em casa e na escola que “a violência não pode ser instrumento para a confrontação com outras pessoas” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.25). Assim, a humanidade vai construindo o processo de uma *cultura da não-violência*.

Nesse preceito também se assegura a valorização da vida de animais e plantas, que precisam de proteção, cuidado e conservação. Com a afirmação de que “a exploração desenfreada das reservas vitais da natureza, a destruição desrespeitosa da biosfera e a militarização do cosmos são um ultraje” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.25), faz-se um apelo, em vista das gerações futuras, à corresponsabilidade pela vida do planeta Terra, afirmando que “todos estamos ligados uns aos outros e somos mutuamente dependentes, cada um de nós depende do bem do todo” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.25). Portanto, não se deve propagar a dominação do ser humano sobre a natureza, mas sim cultivar a vida em comunidade com a natureza e o cosmos. A Declaração conclui esse preceito, ressaltando:

Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa ser cuidadoso e solícito, tanto na vida privada como na vida pública. Jamais devemos ser desrespeitosos ou brutais. Cada povo, cada raça, cada região, deve manter tolerância, respeito e grande estima aos demais povos, raças e religiões. Minorias – sejam raciais, étnicas ou religiosas – necessitam de nossa proteção e apoio (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.27).

Por fim, destaca-se o compromisso com uma cultura da não-violência e do temor diante de toda a vida, ou seja, é necessário incentivar cada vez mais as verdadeiras atitudes humanas, como o cuidado, a solicitude, a tolerância e o respeito às minorias (KÜNG, 2004).

b) *Não roubar: compromisso com uma cultura da solidariedade e uma ordem econômica justa*

O esforço em praticar a solidariedade elevar uma vida digna, pelo cumprimento leal de uma profissão, também é vivido por milhões de pessoas em diversas partes do mundo. No entanto, a sociedade atual produz muita fome, pobreza e miséria, pela qual o indivíduo não é o único responsável, pois corroboram para tanto as estruturas sociais injustas: milhões de desempregados, trabalhadores explorados e mal remunerados, e diferenças assustadoras entre ricos e pobres. No último século, com o capitalismo desenfreado e o socialismo estatal totalitário, a humanidade esvaziou-se dos valores espirituais. A ânsia desmedida por lucro, a avidez sem limites, a mentalidade reivindicatória materialista que sempre exige mais e mais do Estado, sem assumir maior compromisso recíproco – tanto nos países desenvolvidos e industrializados, como nos países em desenvolvimento – têm levado a constantes casos de corrupção em todos os níveis da sociedade.

O preceito “*não roubarás*” foi afirmado na Declaração do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais como legado das grandes tradições éticas e religiosas. A formulação positiva “*age de maneira justa e honesta*” possui como consequência que: “pessoa alguma tem o direito de roubar a outra, nem tampouco de violar sua propriedade ou bens comunitários. Ao inverso, no entanto, pessoa alguma tem o direito de fazer uso de suas posses sem respeitar as carências da sociedade e da terra” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.7).

Diante da predominância da pobreza extrema, o desamparo e o desespero ganham espaço, levando as pessoas a roubar por sobrevivência. Isso é decorrência do acúmulo de poder e riquezas indiscriminadas, que, muitas vezes, desperta nos pobres e marginalizados ressentimentos e até mesmo rebeliões, conduzindo a um círculo vicioso de violência e reações sangrentas. “Que ninguém se engane: Não há paz mundial sem justiça mundial” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.27). Ressalta-se ainda na Declaração a necessidade de os jovens aprenderem na família e na escola que “a propriedade, por menor que seja, cria obrigações. Seu uso deve, por menor que seja, servir ao bem comum. Só assim será possível construir uma *ordem econômica justa*” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.27).

A Declaração ainda ressalta que “a beneficência individual e projetos isolados de ajuda, por mais imprescindíveis que sejam, não são suficientes” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.29); é necessário haver a participação de todos os estados e a autoridade das organizações internacionais para que se chegue a um equilíbrio justo. A crise de endividamento dos países pobres precisa ser conduzida a uma solução sustentável para todas as partes. Nos países desenvolvidos deve-se distinguir entre consumo necessário e desenfreado, e entre um uso justificado e injustificado dos recursos naturais, sendo que os países em desenvolvimento também carecem de consciência em âmbito nacional. Para todas as partes do mundo, sempre que existirem situações de dominação e opressão, onde instituições oprimirem o povo e o poder oprimir o direito, faz-se necessário haver “*resistência* – pacífica, sempre que possível” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.29).

Conclui-se esse segundo preceito inamovível afirmando que “ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.27), significa:

- a) Ao invés de usurpar o poder econômico e político, em meio a uma luta irrespeitosa pelo domínio, deve-se utilizá-lo para o serviço ao ser humano. Precisamos desenvolver um espírito de compaixão com os que sofrem e ter uma preocupação especial com os pobres, deficientes, idosos, fugitivos e solitários.
- b) Ao invés de um pensamento unicamente voltado ao poder, e ao invés de uma política de poder desenfreada, é preciso fazer prevalecer o respeito mútuo em meio à inevitável concorrência que surge na disputa pelo poder, um equilíbrio razoável dos interesses, e uma predisposição para o respeito e a conciliação.
- c) Ao invés de um desejo insaciável por dinheiro, prestígio e consumo, é preciso reencontrar um novo senso de comedimento e humildade. Pois o ser humano entregue ao desejo perde sua “alma”, sua liberdade, seu desprendimento, sua paz interior e perde, com isso, o que o torna humano.

O compromisso assumido pelos delegados do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, nessas palavras conclusivas do segundo preceito inamovível, deixa perceber o quanto é desafiante construir uma ordem econômica justa e, mais ainda, preservar a humanidade em meio à luta pelo poder.

c) *Não mentir: compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade*

O empenho de inúmeras pessoas em viver, nos dias atuais, uma vida de honestidade e veracidade, está presente em várias regiões e religiões. Em contraste com esse empenho, também se verifica no mundo de hoje muita mentira e hipocrisia, assim como ideologia e demagogia:

Políticos e homens de negócios que usam a mentira como instrumento de política e de êxito; meios de comunicação de massa que veiculam propaganda ideológica ao invés de informação veraz, que propagam desinformação e não informação, que rendem tributo a um cínico interesse comercial, ao invés de se manterem fieis à verdade; cientistas e pesquisadores que se entregam a programas ideológicos ou políticos moralmente questionáveis ou a grupos de interesses econômicos, e que justificam pesquisas lesivas a valores éticos fundamentais; representantes de religiões que degradam pessoas de outras religiões a uma condição de inferioridade e propagam fanatismo e intolerância ao invés de respeito, compreensão mútua e tolerância (KÜNG; SCHMIDT, 2001,p.31).

Essas situações, mencionadas na Declaração com vistas a uma ética mundial, não intencionaram suscitar desesperança, mas clarificar a realidade que enfrentam quase todos os países do mundo em relação à propagação de mentiras. Daí a importância do preceito “*não mentirás*”, ou descrito de forma positiva: *fale e aja com veracidade*. Reflete como consequência desse antigo e, ao mesmo tempo, tão novo preceito: “pessoa alguma, nem nenhuma instituição, Estado, igreja ou comunidade religiosa têm o direito de dizer inverdades às pessoas” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.31). Isso está voltado, em especial, aos meios de comunicação de massa, à arte, à literatura e à ciência, bem como aos políticos, partidos políticos e representantes das religiões. Hans Küng (2001, p.33) elucida que “ninguém se engane: não há paz mundial sem justiça mundial”.

Os jovens, por conseguinte, já deveriam aprender na família e na escola a cultivar a veracidade em seu pensamento, fala e ação. Todo ser humano tem direito à verdade, à informação e à formação necessárias para poder tomar decisões fundamentais para sua vida. Sem uma orientação ética básica não é possível distinguir entre o que seja importante ou trivial. Os parâmetros éticos prestam uma imensa ajuda quando fatos estiverem sendo distorcidos, interesses sendo acobertados e opiniões sendo apresentadas como absolutas.

Esse terceiro preceito do compromisso com uma cultura da tolerância e uma vida de veracidade conclui-se com esta convicção:

Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas significa o seguinte: ao invés de

confundir liberdade com arbitrariedade, e pluralismo com falta de critérios, fazer valer a verdade; ao invés de desonestidade, dissimulação e acomodação oportunista, cultivar o espírito de veracidade, também nas relações cotidianas de pessoa para pessoa; ao invés de meias verdades ideológicas ou partidárias, procurar sempre reiteradamente a verdade, em um espírito incorruptível de veracidade; ao invés de render tributo ao oportunismo, e uma vez conhecida a verdade, servi-la com confiança e constância (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.33).

O princípio ético da veracidade é um valor inquestionável em todas as tradições e expressões religiosas, sendo fator de credibilidade para qualquer instituição econômica ou social.

d) *Não fornicar: compromisso com uma cultura da igualdade de direitos e do companheirismo entre homem e mulher*

O espírito de companheirismo entre milhares de homens e mulheres que desejam uma vida responsável no âmbito do amor, da sexualidade e da família é um fator encontrado em muitas regiões e religiões. Mesmo assim, na sociedade atual ainda existem formas condenáveis de patriarcalismo, dominação do homem sobre a mulher, exploração e abuso sexual de mulheres e crianças, prostituição forçada e dificuldades financeiras, levando – não raramente – mulheres e mesmo crianças, nos países mais pobres, a fazer uso da prostituição como meio de luta pela sobrevivência.

O preceito transmitido pelas grandes e antigas tradições éticas e religiosas da humanidade “não serás incasto”, ou “não fornicarás”, continua sendo um grande valor para os seres humanos. Sua forma positiva “*respeitai e amai uns aos outros*”, resulta nas seguintes consequências: “pessoa alguma tem o direito de degradar o outro a mero objeto de sua sexualidade, fazê-lo incidir ou mantê-lo em dependência sexual” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.35). A condenação da exploração sexual e a discriminação de gênero são vistas na Declaração como “uma das piores formas de humilhação dos seres humanos” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.35), e reafirma-se categoricamente que “não há verdadeira humanidade sem um convívio pautado pelo companheirismo” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.35).

Para a juventude, é imprescindível aprender na família e na escola que a sexualidade não é uma força negativa *destruidora* ou *exploradora*, mas uma força criadora e formadora. Sua função é afirmar a vida e criar comunidade, e ela só é desenvolvida quando está sendo vivenciada a responsabilidade pela felicidade do companheiro ou companheira. Algumas tradições religiosas também pregam o ideal da renúncia ao desenvolvimento da sexualidade, uma vez que tal renúncia voluntária também pode ser expressão de identificação e plenificação de sentido.

A instituição social do matrimônio é caracterizada pelo “amor, fidelidade e duração”, mesmo diante de todas as diferenças culturais e religiosas. Em todos os países e culturas, é preciso “empenhar-se por condições econômicas e sociais que possibilitem uma existência humanamente digna do casamento, da família, e em especial das pessoas idosas” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.36). O direito à educação para os filhos bem como o cuidado mútuo devem ser priorizados. Ao concluir o quarto e último preceito inamovível a Declaração reitera:

Ser verdadeiramente humano, no espírito de nossas grandes tradições religiosas e éticas, significa o seguinte: ao invés de dominação ou humilhação, que são expressões de violências e frequentemente geram reações violentas, cultivar respeito, compreensão e companheirismo; ao invés de toda forma de desejo sexual possessivo ou de abuso sexual, cultivar respeito mútuo, tolerância, conciliação e amor (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.37).

Constata-se que, no plano das nações e religiões, só se pode praticar o que já se vive no plano das relações pessoais, interpessoais, familiares e comunitárias.

Considerações Finais: mudança de consciência

Muitas experiências no decorrer da história já demonstraram que não se realizam transformações no mundo sem que se chegue a mudanças de consciência no indivíduo e na opinião pública. Assim como questões ligadas à guerra e à paz, a economia e a ecologia passaram por mudanças fundamentais nas últimas décadas, sendo que tais mudanças precisam ser alcançadas no campo da ética. Hans Küng ressalta, ao concluir a Declaração do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, que “manter viva essa responsabilidade, aprofundá-la e transmiti-la para as gerações futuras – eis uma importante incumbência das religiões” (KÜNG; SCHMIDT, 2001, p.37).

Segundo a Declaração, é preciso manter-se realista em relação ao que se já alcançou nesse consenso, aludindo que se observe o seguinte: embora seja difícil obter um consenso mundial para muitas questões éticas específicas e polêmicas, deveriam ser encontradas soluções objetivas, no espírito dos princípios comuns aqui desenvolvidos, também para tais questões que permanecem controversas. Em muitos campos já se despertou uma nova consciência para a responsabilidade ética, sendo louvável que um maior número de classes profissionais (como médicos, cientistas, comerciantes, jornalistas e políticos) elabore códigos de ética capazes de oferecer diretrizes concretas para questões provocativas de seu meio profissional. São necessárias, sobretudo, as comunidades de fé, em particular para que formulem sua ética específica com o que cada uma delas tem a dizer sobre o sentido da vida e da morte. Tudo isso contribuirá para aprofundar, especificar e concretizar uma ética mundial para os dias atuais (KÜNG, 2003).

Enfim, as verdadeiras mudanças decorrem da disposição para os riscos e sacrifícios, começando por uma base comum para se chegar à meta desejada. O projeto de uma ética mundial foi um processo percorrido por Hans Küng e concretizado na Declaração do Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, que ousou construir um consenso entre todas as religiões presentes em favor de uma ética mundial, repercutindo em muitos projetos e pesquisas em diversos lugares do mundo até o presente (KÜNG, 2004).

A proposta de uma ética mundial, assumida por Hans Küng quando esboça e apresenta a Declaração no Segundo Parlamento das Religiões Mundiais, gerou muitas tensões e frutos posteriores, com posições convergentes e divergentes, tanto de religiosos como de intelectuais. Seu trabalho colaborou para um caminho de purificação e abriu novos horizontes para o projeto de ética mundial, o que reforça e corrobora a relevância da proposta de uma base ética que parta da experiência histórica das religiões mundiais, em prol de uma ética mundial para as atuais e futuras gerações humanas.

Referências

- HASSELMANN, C. A Declaração sobre Ética Global de Chicago 1993. *Concilium*, n. 302, p.25-39, 2003.
- KÜNG, H. *Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.
- KÜNG, H. *As religiões do mundo: em busca de pontos comuns*. Campinas: Verus, 2004.
- KÜNG, H. *Para que um ethos mundial? Religião e ética em tempos de globalização*. São Paulo: Loyola, 2005.
- KÜNG, H.; SCHMIDT. *Uma ética mundial e responsabilidades globais: duas declarações*. São Paulo: Loyola, 2001.

Como citar este artigo/How to cite this article

NASCIMENTO, M.L.O.; KIRCHNER, R. Uma base ética das religiões mundiais em prol de uma ética mundial. *Cadernos de Fé e Cultura*, v.4, n.1, p.43-54, 2019. <https://doi.org/10.24220/2525-9180v4n12019a4644>